
RECENSÕES

Multiculturalidade, identidades e mestiçagem: O diálogo intercultural nas ideias, na política, nas artes e na religião

André, João Maria (2012). *Multiculturalidade, identidades e mestiçagem: O diálogo intercultural nas ideias, na política, nas artes e na religião*. Coimbra: Palimage.

Multiculturalidade, Identidades e Mestiçagem é uma obra atual que trata de questões complexas, escrita por um filósofo que as equaciona de uma forma clara e compreensiva para todos os que se interessam por temas e problemas do mundo contemporâneo.

Não serei absolutamente exaustivo na sua análise e centrar-me-ei nas questões que mais me tocam – e são muitas pois parece-me que tenho muitas preocupações em comum com o autor – para usar uma pauta onde saiba tocar o meu instrumento –, que é, como quem diz, onde eu saiba navegar sem cair ao mar, embora tocando, cada vez mais, influenciado pela matriz artística e mestiça de João Maria André. Se a arte é mestiçagem, a música também o é e a minha (a minha música, literalmente falando) e a minha antropologia da educação são muito mestiças da teoria de João Maria André.

A obra que aqui discutimos reúne textos publicados anteriormente em revistas, textos que foram trabalhados para se adequarem a um livro que

pensa o pensamento, a arte, a política e a religião em sete capítulos. A minha tarefa é tentar criar gosto pela obra e seus temas centrais e convidar o leitor a fazer a leitura da mesma. Valho-me de palavras minhas, construídas com a leitura da obra, mas também, e muito, das próprias palavras do autor, de algumas das muitas que sublinhei no livro que gentilmente me ofereceu.

No primeiro capítulo, discutindo a questão das identidades, multiculturalidades e globalização, João André começa por convocar Mia Couto que considero um dos melhores exemplos de mestiçagem literária, pelo profundo significado filosófico e antropológico da obra *Vozes Anoitecidas*.

Recorda-nos três fenómenos convergentes que têm marcado a economia, a cultura e o desenvolvimento tecnológico à escala mundial: a erosão do Estado-Nação, a globalização e o desenvolvimento da sociedade em rede (e a Telépolis que lhe está associada). Convocando Manuel Castells, mostra como a sociedade em rede desenvolveu novos

modos de estar e comunicar (p. 23). Reflete sobre a desterritorialização das culturas e a necessidade de redefinição do conceito de fronteira, o que, de acordo com Espinosa, tem levado à emergência dum «gigantesco *melting-pot*» (p. 18).

Ao longo da obra vai mostrando, com recurso a diversos autores, a necessidade de se pensar em globalizações e não apenas de forma singular, na globalização, recorrendo quer à perspectiva diacrónica desde o 1º estágio que remete para a Mesopotâmia-Egipto, até ao 4º estágio, o do sistema-mundo que tem a Europa por centro, quer à perspectiva ético-política (p. 19).

Recorrendo ao trabalho de Boaventura de Sousa Santos, contrapõe à globalização de rapina a designada globalização neoliberal, a mundialização da solidariedade assente nos esforços das ONG, nos movimentos coletivos para a construção da paz e nas plataformas para o diálogo intercultural promovidas pela ONU e pela UNESCO. João André sistematiza algumas das contradições no interior das globalizações:

se, por um lado, a globalização cultural pode significar a ocidentalização ou mesmo a americanização do mundo, a interação cultural a uma escala global pode também ir no sentido de um cosmopolitismo emancipador, de uma visão intercultural enriquecida dos direitos humanos ou de um diálogo cultural antropológicamente fecundo para as artes do teatro, da música, da dança ou do cinema. (p. 22)

Das 20 características que Javier Echeverría enumera para a nova configuração da existência social, João André sublinha sete e mostra como a globalização comunicacional pode, ao invés do que se sublinha no senso comum, potenciar a mestiçagem ao invés da uniformidade (pp. 24-25).

Clarificando os conceitos de cultura, multiculturalismo e multiculturalidade, João André perspectiva

uma cidadania multicultural, na esteira de Kymlicka e, retomando a definição clássica de cultura de Edward Tylor, transpõe-na para a educação multicultural, o que implica um distanciamento em relação aos «estudos culturais» (*cultural studies*) (p. 29). Relativamente aos direitos humanos, cuja universalidade discute, refere que se «torna legítimo e, de facto, iniludível, complementar os direitos humanos tradicionais com os direitos das minorias» (p. 33).

Na discussão dos conceitos de cultura e identidade, para além das tendências homogeneizadoras (p. 40), o autor recorre a vários filósofos, antropólogos e sociólogos e centra-se, particularmente, na obra e vida de Amin Maalouf, romancista e jornalista libanês, a viver em França há mais de 20 anos, para dizer que na nova Telépolis, em que vivemos, se acentua a ideia do movimento, da transformação e do devir, o que obriga a fazer o contraponto das concepções fixistas, estruturais e monolíticas de cultura e identidade com as concepções mais dinâmicas, diacrónicas e dialogantes destes conceitos.

Trata-se da ideia da identidade-em-viagem ou de um «passageiro em trânsito» (Maalouf), da identidade em gerúndio (Vieira, 2009) ou da concepção de cultura como fluxo ou como cruzamento de paisagens que o antropólogo Appadurai estabelece: as etnopaisagens, mediapaisagens, tecnopaisagens, financiopaisagens e ideopaisagens que dão lugar aos «mundos culturais» a que chama «mundos imaginados».

Depois de ultrapassar as definições fixistas e essencialistas de cultura e identidade, João André assume a mestiçagem no âmbito do diálogo intercultural:

Todos somos mestiços e é no labirinto mais profundo das nossas mestiçagens que se geram as nossas opções, que se estruturam os nossos valores, que se formam e transformam as culturas e que cintilam as constelações das nossas crenças. Mestiçagem é, no entanto, também ele, um conceito que não pode ser assumido ingenuamente. (p. 43)

Trata-se de ultrapassar o carácter impreciso das conotações de juntar, misturar, sobrepor... que os dicionários nos propõem com base na definição da biologia, transposta, depois, para a antropologia, a linguística, a filosofia, a estética e a epistemologia.

Trata-se de ultrapassar o dualismo do puro e do impuro, em que a mestiçagem surgia como o «contaminado», «distorcendo estereotipadamente a apreciação da realidade que é, sempre, movimento, devir e, por isso mesmo, cruzamento» (p. 44).

Apoiando-se na obra de François Laplantine et Nouss, sobre *Mestiçagem*, e sobre o *Terceiro Instruído* de Michel Serres, entre outros, João André vai explicando este pensamento complexo que rompe com as epistemologias simples que ele próprio já havia sistematizado em 2005, no livro *Diálogo Intercultural, Utopia e Mestiçagens em Tempos de Globalização* e refere, de forma brilhante, que

Assim, mestiçagem não é a fusão total dos fios com que se tece, nem é a sua separação total: está a meio caminho entre o ser e o não ser. A condição do mestiço, seja ele a pessoa, o pensamento, a cultura ou a arte, é sempre uma condição de algo em movimento, sendo o nomadismo e a metamorfose os seus símbolos privilegiados e a desapropriação, como mediação entre a familiaridade e o estranhamento, o seu estado natural. (...). A mestiçagem não é a experiência do uno nem a experiência do múltiplo, mas a experiência do entre-espço e do entre-tempo que medeia o uno e o múltiplo sem reduzir um ao outro. (p. 45)

A mestiçagem não pode, neste sentido, ser confundida com multiculturalismo que supõe as culturas como ilhas. A mestiçagem remete também para a fronteira mas no seu triplo sentido: não apenas a fronteira que separa mas, também, a fronteira que une e, ainda, o território de que muitos fazem o seu habitat e a sua morada. Por isso, só se pode falar de mestiçagens, no plural. E não nos

podemos esquecer, claro, das mestiçagens impostas pelos impérios coloniais, mesmo que em nome da fé (guerras santas...). E as mestiçagens da globalização hegemónica neoliberal que o autor refere que repetem, por processos mais sofisticados, «as mestiçagens forçadas daquele momento da globalização de que os portugueses e os espanhóis foram protagonistas nos séculos XV e XVI.

Claro que esta conceção do pensamento mestiço abala o conceito primordial de identidade, articulado com o de alteridade (a diferença), do pensamento simples, unilinear e dualista da epistemologia ocidental assente na «equação entre identidade e unidade e, por outro lado, a identificação entre identidade e permanência ou estabilidade» (p. 49), assente num postulado autotrópico. Por isso, João André sublinha que para ultrapassarmos este obstáculo, temos de ter

uma perspetiva heterotrópica do processo identitário, assumindo que a identidade se constrói no espaço estrutural da comunidade em que tem um papel incontornável a relação ao outro, próximo e distante, e em que, por conseguinte, a categoria de relação passa para primeiro plano, substituindo assim a categoria de substância. (p. 49)

A propósito desta identidade mestiça e relacional, em oposição à conceção substantivista (uma espécie de pensamento em betão, como refere François Laplantine), primordialista e essencialista, João André relembra Amin Maalouf que opta pelo conceito de identidade compósita, para si próprio, «carregada de múltiplas ligações que o fazem dizer-se simultaneamente árabe (libanês), cristão e francês com o que de complexo e contraditório estas referências carregam» (p. 49).

Referindo-se à «hermenêutica diatópica» que Boaventura de Sousa Santos usa para a concretização do processo dialógico assente na ideia de que «os *topoi* de uma dada cultura, por mais fortes que

sejam, são tão incompletos quanto a própria cultura a que pertencem» pelo que precisam de se completar com a interação com os outros, João Maria André explora as identidades e a multiculturalidade a partir da noção de mestiçagem já referida atrás.

O autor termina o primeiro capítulo retomando Mía Couto, no mesmo conto em que se pergunta se Carlota Gentina chegou a voar: «Minha vida não é um caminho. É uma pedra fechada à espera de ser areia» (p. 71).

Considerado o primeiro capítulo, o mais longo e também aquele que encerra a discussão conceptual dos termos que o título da obra encerra, farei agora referências mais breves ao restante da obra, não só porque não haveria espaço para ir mais longe e porque, efetivamente, não se trata de fazer uma total leitura da mesma, tipo resumo. A ideia é, fundamentalmente, lançar sementes que contribuam para o abrir do apetite da sua leitura que considero fundamental.

No segundo capítulo, intitulado «interpretações do mundo e multiculturalidade: incomensurabilidade e diálogo entre culturas», João Maria André recorda como se experimenta o mundo de variados modos e como hoje, mais do que nunca, o fazemos a uma escala e velocidade sem precedentes. Partindo do trabalho do Antropólogo Francês Marc Augé sobre a sobremodernidade e os não-lugares, como é o caso dos aeroportos, das autoestradas, hipermercados e grandes superfícies comerciais, João André afirma que esse não-lugar é cada vez mais a WEB (o www) que integra a palavra *world*, esse mundo onde se circula numa velocidade nunca antes atingida. Por isso, diz, hoje não se mora, viaja-se. E viaja-se num tempo e num espaço que são globais onde o chão da cultura se dilui (pp. 74-75). Convoca Thomas Kuhn, na sua obra *A Estrutura das Revoluções Científicas*, para mostrar como este sempre colocou a questão da incomensurabilidade como a impossibilidade de tradução de uma teoria formulada num

determinado paradigma para a linguagem de outro e contrapõe León Olivé para quem

o pluralismo aceita que, em princípio, é possível que os membros de uma comunidade ou de uma cultura interpretem os de outra diferente e cheguem a acordos com eles sobre questões de interesse comum e que o melhor para todas as culturas é a interação frutífera, na condição de que nenhuma se arrogue a supremacia no campo do conhecimento nem no da moral. (Olivé, cit. in André, 2012: 85)

João André constrói aqui um caminho desde a incomensurabilidade até ao cosmopolitismo passando pela ecologia dos saberes e pela hermenêutica diatópica de Sousa Santos, e pela topopoligamia de Ulrich Beck assumindo que de todos os conceitos que este seu livro encerra, o de mestiçagem «é o mais armadilhado» (p. 95).

No capítulo 3, sobre «multiculturalidade, democracia e direitos humanos», João Maria André recorda-nos que «embora os direitos humanos tenham sido adotados por Estados e povos de todas as culturas e continentes, não há, todavia, uma única leitura e interpretação dos direitos humanos» (p. 112). Ao clarificar as tensões entre o universalismo e os particularismos ou relativismos culturais, entre a pretensa universalidade que caracteriza os direitos individuais do homem e do cidadão e as particularidades dos direitos étnicos, que urge ultrapassar, o autor clarifica as várias interpretações do conceito de tolerância e acredita ser possível retomar esse conceito

não numa atitude de superioridade em relação àquilo ou aquele que se tolera, mas uma capacidade de acolher em si o outro diferente de si, de lhe dar hospedagem, tratando-o não só com respeito, mas com uma disponibilidade de abertura pra dele receber o que ele tem também para dar. (p. 141)

O capítulo 4 explora as «artes e multiculturalidade: o teatro como campo de diálogo intercultural». Construindo pontes com a revisão e exploração conceptual anterior, o autor afirma que

esta multiculturalidade de que se tece a nossa existência pode gerar múltiplas atitudes que vão desde a acentuação das identidades locais e regionais, com a conseqüente rejeição do outro na sua estranheza ameaçadora, à coexistência pacífica, mais ou menos indiferente, com o que insularmente nos rodeia mas que não nos perturba nem nos questiona, ou ainda à interacção e ao cruzamento activo com o que assim nos desafia e ao mesmo tempo nos atrai na sua riqueza e na sua diversidade complementar do nosso enraizamento identitário. (p. 144)

É neste capítulo que o autor mais explora as potencialidades do diálogo intercultural na pintura, na arte africana, japonesa, na música, no teatro, etc. Com esse intuito, recupera a ideia de que «o diálogo intercultural mobiliza simultaneamente a dimensão epistémica e a dimensão afectiva» (p. 146) a que acrescenta que «são três os operadores do diálogo intercultural que podem merecer a nossa atenção: a episteme, o pensamento mítico-simbólico e o ritual» (p. 153) e que, de acordo com Gadamer, «a base antropológica da nossa experiência da arte é marcada por três conceitos: jogo, símbolo e festa» (p. 156). Encontramos na obra um apontamento maravilhoso que João André nos traz sobre o trabalho da Antropologia Teatral de Eugenio Barba, nascido em Itália, soldador aos 18 anos e que investe depois no teatro, oferecendo-nos as expressões de troca na arte («*il baratto*» em italiano) (pp. 193-194).

O capítulo 5, intitulado «Potencialidades, limites e operadores do diálogo inter-religioso face ao diálogo intercultural» traz-nos a reflexão de que, tal como a cultura, que nasce do pensamento e se prolonga na técnica para responder à finitude humana, também a religião procura responder a essa

finitude. Por isso, cultura e religião são duas faces da diferença que tanto podem afastar como «gerar formas de entendimento» (p. 212). A religião «religa», ao unir os crentes com Deus, celebra, tal como a cultura, os sentimentos de pertença, através do culto, do ritual. Curioso como o culto religioso contém a mesma raiz de cultura, relembra-nos João André. Por outro lado, o ritual religioso pode constituir-se também como operador de diálogo inter-religioso. Contudo, como também assume João André, este diálogo, que não é só de sentimentos e de espaços de concórdia e meditação, torna-se mais difícil ao nível epistémico pois as religiões consideram-se mais ou menos inquestionáveis a esse nível (p. 243).

O capítulo 6 intitula-se «Fé e diálogo intercultural: os desafios da mestiçagem à Igreja do presente». Aqui, o autor reafirma a ideia de que há uma dimensão mais profunda na mestiçagem do que apenas a relação horizontal, na medida em que obriga a uma transformação profunda nos modos de pensar: «Crescemos por dentro de nós mesmos, ao mesmo tempo que crescemos por dentro dos outros» (p. 279).

O capítulo 7, o último deste livro, «As humanidades num mundo multicultural e globalizado», encerra, grosso modo, uma conferência que o autor proferiu, a 27 de setembro de 2011, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, na recepção aos alunos do 1º ano das licenciaturas da Faculdade. Este capítulo constitui uma boa síntese da obra e das transformações recentes no mundo atual, do ponto de vista comunicacional, tecnológico, paradigmático e epistemológico. São passados em revista os paradigmas da análise e da fragmentação, tão querido ao cartesianismo e à modernidade; o paradigma da redução do homem ao *homo faber* (o primado tecnológico e utilitarista); o paradigma da mercantilização, que aposta na mercadorização das coisas e da vida (o *homo oeconomicus*); o paradigma do homem líquido, da modernidade líquida, para convocar Zygmund Bauman, ou da pós moder-

nidade ou segunda modernidade, como preferem outros autores, onde as «fidelidades afectivas são coisa do passado» (p. 299).

João Maria André termina, e bem, explorando o papel das humanidades no contexto da transformação da sociedade contemporânea. Fá-lo, elencando e analisando e princípios fundamentais: 1) o princípio da resistência cultural (ligado ao direito de resistência e à autonomia...); 2) o princípio da consciência crítica e da vigilância epistemológica; 3) o princípio do primado das línguas maternas e das nossas linguagens naturais, sendo que

uma escola de humanidades é, antes de mais nada, uma casa das línguas e das palavras em que nos descobrimos como seres comunicantes, prontos a par-

tilhar um mundo na partilha do modo como ele se diz, fazendo sentido e inventariando sentidos numa comunidade de falantes, capazes por isso mesmo, de encontros, de concórdia e de paz. (p. 303)

Recomenda-se, vivamente, a leitura deste livro, *Multiculturalidade, Identidades e Mestiçagem: O Diálogo Intercultural nas Ideias, na Política, nas Artes e na Religião*, a que eu acrescentaria, também, e na educação. Obrigado, João André.

Ricardo Vieira

CIID-IPL – Centro de Investigação
Identidade(s) e Diversidade(s)
Instituto Politécnico de Leiria